



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAÍBA

CONTRATO N° 030/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE, ENTRE SI, FAZEM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA E A EMPRESA THOMAS JOSÉ BELTRÃO DE ARAÚJO ALBUQUERQUE - ME, PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL PERMANENTE, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA**, devidamente inscrita no CNPJ n° 10.733.319/0001-80, com sede na Rua Monsenhor Walfredo Leal, n° 487, Tambiá, João Pessoa/PB, CEP: 58.020-540, neste ato representada por seu **DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO, DR. RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF n° 250.931.264-20 e RG n° 536.481 SSP-PB, aqui denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **THOMAS JOSÉ BELTRÃO DE ARAÚJO ALBUQUERQUE - ME**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n° 19.918.905/0001-73, situada na Rua Bruno Maia de Melo, n° 81, Mangabeira, João Pessoa-PB, CEP: 58059-132, neste ato representada pelo **SR. THOMAS JOSÉ BELTRÃO DE ARAÚJO ALBUQUERQUE**, RG n° 3574889 SSP/PB e CPF/MF sob n° 090.349.804-99, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar, por força do presente instrumento, baseado no Processo Administrativo n° 00006.001189/2019-5, Pregão Presencial n° 00008/2019 e Ata de Registro de Preços n° 00006/2019 - DPPB, o **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, a seguir caracterizado, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO SUPORTE LEGAL

1.1 - O presente contrato reger-se-á pelos seguintes diplomas legais:

- a) Constituição Federal (artigo 37, XXI).
- b) Lei Federal n° 8.666/93, e suas alterações posteriores.
- c) Constituição do Estado da Paraíba.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 – O presente contrato tem por objeto o fornecimento, pela CONTRATADA, de material permanente à CONTRATANTE, por demanda, correspondente aos itens 2, 3, 4, 5, 10, 14 e 17 da Ata de Registro de Preços nº 00006/2019, na medida das necessidades da Defensoria Pública do Estado da Paraíba.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

3.1. Aplicam-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos, os documentos, a seguir relacionados, de cujo inteiro teor e forma as partes declaram, expressamente, ter pleno conhecimento.

3.1.1. Ata de Registro de Preços nº 00006/2019, do Pregão Presencial nº 00008/2019.

3.1.2 – Anexo I – Projeto Básico/ Termo de Referência – Descrição do Objeto.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento realizado sob demanda, o valor por unidade registrado na Ata gerenciada pela CONTRATANTE, relativo ao objeto fornecido, acompanhado da(s) nota(s) fiscal(is), perfazendo o valor total estimado em até R\$ 168.795,00 (Cento e sessenta e oito mil, setecentos e noventa e cinco reais).

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

5.1 - Os preços contratados são fixos pelo período de 01 (um) ano, exceto para os casos previstos no art. 65, §§ 5º e 6º da Lei nº 8.666/93.

Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do art.65, inciso, II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso da empresa CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 - A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, através de aditivo apropriado, por ser o serviço

objeto da licitação considerado como sendo de caráter continuado, nos termos do que estabelece o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

Parágrafo único: O prazo máximo para a execução do objeto contratado pela CONTRATADA é de até 05(cinco) dias corridos para a entrega, à partir da emissão do pedido de compra pela CONTRATANTE, no endereço: Rua Monsenhor Walfredo Leal, nº 487, 1º andar, bairro Tambiá, João Pessoa-PB – CEP: 58.020-540.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 – O pagamento será efetuado mediante ordem bancária para crédito em conta da Contratada ou através de código de barras. Neste caso, a Nota Fiscal/Fatura deverá possuir o respectivo código que permita o pagamento. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, em 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal/ Fatura, depois de aceite DEFINITIVO e liberação da documentação pela Contratante.

Parágrafo primeiro - O pagamento do objeto contratado será feito mediante a apresentação da nota fiscal, indicando o número da inscrição no cadastro de contribuintes do ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência do Município em que seja estabelecida a CONTRATADA, ou do ICMS, de competência do Estado em que seja estabelecida a CONTRATADA, conforme seja o objeto do contrato passível da incidência de um dos dois impostos.

Parágrafo segundo – Deverá ser comprovada a regularidade da empresa mediante a emissão das seguintes certidões de regularidade fiscal:

- a) Certidão Negativa Conjunta de Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- b) Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS.
- c) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda Estadual de onde se situar o estabelecimento da empresa contratada.
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda Municipal de onde se situar o estabelecimento da empresa contratada.

Parágrafo terceiro – Admitir-se-á a participação no certame de empresa matriz e/ou filial, entretanto, as certidões a serem apresentadas para assinatura do contrato e para pagamento durante a eventual prestação do serviço deverá ser da

mesma empresa proponente, não se admitindo a participação de matriz e a posterior apresentação da documentação de filial e vice-versa.

Parágrafo quarto – As certidões supracitadas serão obtidas mensalmente pela DPPB a partir do site oficial do respectivo órgão, devendo a licitante manter durante todo o contrato as condições de habilitação. No caso de não emissão de alguma certidão, a empresa prestadora do serviço será notificada para regularizar a situação, cabendo a mesma providenciar a regularização para posterior pagamento.

Parágrafo quinto – Para os efeitos do disposto no art. 206, do Código Tributário Nacional, a Certidão Positiva com Efeito de Negativa terá a mesma validade da certidão negativa de débitos de tributos.

Parágrafo sexto – Na falta de qualquer certidão de que trata a cláusula sétima, deste Termo, o órgão Contratante fica expressamente autorizado a ajuizar ação de consignação em pagamento, de maneira a não caracterizar a situação de inadimplência, devendo tal disposição estar contida no texto do contrato administrativo resultante da licitação. Tal disposição se aplica também na hipótese de aditivo contratual de prorrogação.

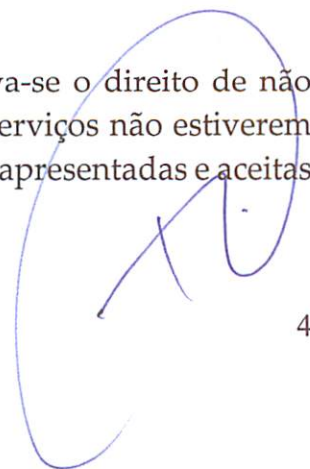
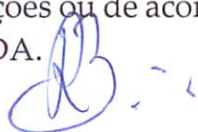
Parágrafo sétimo – O pagamento será, preferencialmente, efetuado por objeto contratual efetivamente entregue ou prestado e aceito, mediante a emissão de ordem bancária em favor da CONTRATADA.

Parágrafo oitavo – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo nono - A CONTRATADA responderá pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, na execução deste contrato, pelo pessoal diretamente vinculado e subordinado, não podendo, para quaisquer finalidades, caracterizar relação de natureza empregatícia com a CONTRATANTE.

Parágrafo décimo - Os valores a serem pagos à CONTRATADA não ultrapassarão o limite previsto neste CONTRATO, salvo na hipótese de aditivo contratual, nos limites legais.

Parágrafo décimo primeiro – A CONTRATANTE reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, os bens ou serviços não estiverem em perfeitas condições ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas pela CONTRATADA.



Parágrafo décimo segundo – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar seus débitos, podendo a CONTRATANTE deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos do presente ajuste.

Parágrafo décimo terceiro – Nos casos onde ocorram eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas.

$$EM = I \times N \times VP \text{ e } I = (TX / 100) / 365$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira diário;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6% (seis por cento ao ano);

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Parágrafo décimo quarto – Nas hipóteses previstas na legislação pertinente, quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá também destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “ISS a ser recolhido por substituição tributária”, na hipótese de a legislação tributária do município de seu estabelecimento assim determinar, se o objeto do contrato se referir a prestação de serviços sujeita à incidência desse imposto. A inexistência do destaque de que trata o caput deste parágrafo não impede a retenção por parte da CONTRATANTE.

Parágrafo décimo quinto - Sempre que a CONTRATADA apresentar sua nota fiscal em dissonância com o disposto nesta cláusula, o respectivo documento fiscal será devolvido à CONTRATADA para as devidas retificações, devendo, sempre que solicitado, emitir novo documento fiscal.

Parágrafo décimo sexto – A CONTRATANTE poderá, a seu critério, descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA o custo com postagem de ofício decorrente de devolução de nota fiscal ou outro documento idôneo

correspondente. O valor a ser descontado será o correspondente ao custo de SEDEX (com aviso de recebimento) ao CEP da CONTRATADA, relacionado na tabela praticada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT junto à CONTRATANTE.

Parágrafo décimo sétimo – Fica a Contratante responsável pela consulta online da documentação referente ao parágrafo segundo, ficando a contratada responsável de enviar a referida comprovação documental em caso de indisponibilidade pelo acesso ao Sistema. Outrossim, o pagamento encontrar-se-á desta forma, condicionado a necessária comprovação da regularidade fiscal.

Parágrafo décimo oitavo – O pagamento do objeto do Contrato já executado será feito mediante a apresentação da nota fiscal. O CNPJ constante na Nota Fiscal deverá ser a do estabelecimento da Contratada, adjudicatária da licitação.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - Os recursos para pagamento das despesas decorrentes da presente contratação correrão, à conta da dotação orçamentária: 14902.02.062.5158.4087.449052.270

CLÁUSULA NONA - DO EMPENHO DA DESPESA

9.1 - Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato, estão regularmente inscritos na Nota de Empenho Estimativo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1.1 - Caberá à CONTRATADA:

- a) cumprir fielmente o presente Contrato e as obrigações, responsabilizando-se integralmente pela execução do contrato, obedecendo rigorosamente à programação constante da licitação;
- b) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o compromisso a ser assumido, exceto se autorizado pela Administração, ressalvadas as subcontratações de empresas terceirizadas para a execução de atividades-meio, assim entendidas as decorrentes de ligação, desligamento, e outras afins;
- c) comunicar por escrito, à unidade responsável pela fiscalização deste contrato, qualquer anormalidade ou ocorrência durante a prestação dos serviços, bem como atender prontamente o que lhe for solicitado e exigido pelo Contratante;

- d) manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) responder perante a CONTRATANTE por qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação do objeto do contrato, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a CONTRATANTE de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- f) observar e fazer cumprir os procedimentos destinados ao controle e acompanhamento do objeto do contrato;
- g) manter, à frente da execução do objeto do contrato representante que responda, integralmente, pela Contratada, em todos os atos, inclusive por danos causados ao patrimônio da Contratante;
- h) qualificar seus empregados, exigindo a qualificação necessária para a execução das tarefas contratadas, fiscalizando o cumprimento;
- i) assumir as responsabilidades e obrigações constantes do Edital e seus anexos, em especial o disposto no Termo de Referência, bem como as que lhe forem correlatas, ainda que aqui não expressas, inclusive pelos danos causados direta ou indiretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa.
- j) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade do objeto contratado.
- l) reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- m) responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos materiais empregados, fornecendo todo o material de acordo com as especificações técnicas e assumindo as despesas referentes a transporte, carga, descarga e movimentação de materiais, suas respectivas perdas e estocagem, assim como o processo de sua utilização.
- n) cumprir as condições de garantia e suporte técnico do objeto contratual de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.
- o) responsabilizar-se pela configuração, gerência da qualidade e aspectos de segurança do serviço prestado.
- p) apresentar todos os equipamentos necessários na composição da solução com base neste Termo de Referência que sejam passíveis de certificação deverão ter o seu Certificado de Registro homologado junto à Anatel e possuir etiqueta que comprove sua homologação.
- q) prestar informações precisas sobre cada um dos pontos instalados, inclusive a tecnologia proposta, comprovando o atendimento a todos os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência;

10.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.2.1 - Caberá à CONTRATANTE:



- a) Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do contrato;
- b) Proporcionar à empresa contratada todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;
- c) Notificar o contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 - Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela CONTRATANTE ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 da Lei nº 8.666/93, e será rescindido de pleno direito, conforme o disposto nos artigos 77,78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único: O contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25%(vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS SANÇÕES

12.1 - Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a nota de empenho e/ou assinar o contrato, a sessão será retomada e a demais licitantes chamada na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições da proposta vencedora, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades seguintes, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis:

- a) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) Na hipótese de apresentação de declaração falsa ou deixar de apresentar a documentação exigida para o certame, ficará impedido de contratar com o Estado, e, se for o caso, será descredenciado no SIREF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e demais cominações legais.

Parágrafo primeiro - Pela recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho e/ou assinar o contrato ou pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas e/ou erros de execução, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante CONTRATADA, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) ficará a CONTRATADA, sujeito a multa de 2% (dois por cento) da parcela não

executada a critério da Administração;

c) suspensão temporária do direito de participar, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

Parágrafo segundo - As sanções de que trata o parágrafo anterior são de competência exclusiva do Senhor DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de aplicação.

Parágrafo terceiro - O valor da multa aplicada, após regular Processo Administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, cobrados judicialmente.

Parágrafo quarto - As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais comprovados, a critério da autoridade competente da CONTRATANTE e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do vencimento estipulado para o cumprimento do objeto desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

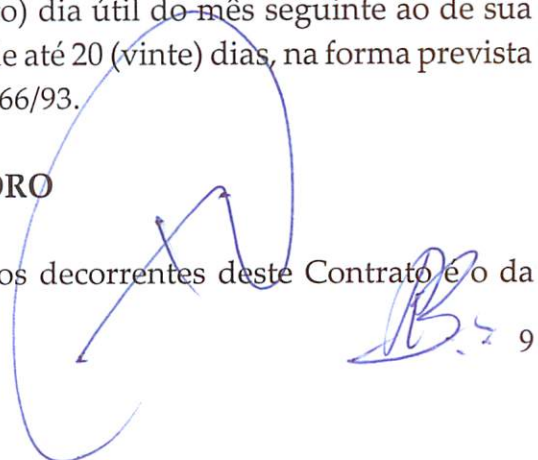
13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo n.º 00006.001189/2019-5, ao Edital do Pregão Presencial n.º 00008/2019 e a Ata de Registro de Preços n.º 00006/2019 - DPPB.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1 - A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada em extrato, no Diário Oficial do Estado, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, na forma prevista no Parágrafo Único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO


15.1 - O foro para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Contrato é o da



Justiça do Estado da Paraíba, comarca de João Pessoa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e CONTRATADAS, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado no setor administrativo da CONTRATANTE, de acordo com o Art. 60 da Lei n.º 8.666/93.

João Pessoa/PB, 30 de setembro de 2019.


DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS
CONTRATANTE


THOMAS JOSÉ BELTRÃO DE ARAÚJO ALBUQUERQUE -ME
THOMAS JOSÉ BELTRÃO DE ARAÚJO ALBUQUERQUE
CONTRATADA

TESTEMUNHA 1

NOME: P. Duarte

DOC: 1490853

TESTEMUNHA 2:

NOME: B. Aquino

DOC: 2212542



**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAÍBA**

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

NESTA DATA

EM 5 / 10 / 20 19

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO PROCESSO: 00006.001189/2019-5

Nº DO CONTRATO: 030/2019

CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

CONTRATADA: THOMAS JOSÉ BELTRÃO DE ARAÚJO ALBUQUERQUE - ME

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE


PERÍODO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO

VALOR ANUAL ESTIMADO: R\$ 168.795,00 (CENTO E SESSENTA E OITO MIL, SETECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS)

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 14902.02.062.5158.4087.449052.270

DATA DA ASSINATURA: 30/09/2019

EMBASAMENTO LEGAL: LEI Nº 10.520/2002 e LEI Nº 8.666/93


RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS
Defensor Público Geral do Estado da Paraíba

O CECH - Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação, emitido pela GOCAF - Gerência Operacional de Cadastro de Fornecedores da Secretaria da Administração do Estado da Paraíba, deverá ser apresentado pelo licitante no envelope da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, devidamente assinado e compatível com o objeto de aquisição do presente certame, como substitutivo dos documentos exigidos nos itens 5.2.1 (exceto alínea "b") e 5.2.2 (exceto CNDT). Ficam mantidas as demais condições estabelecidas nos Editais. Os Editais retificados encontram-se à disposição dos interessados nesta CPL.

João Pessoa, 04 de outubro de 2019.

Alexandre Dinoá Duarte Guerra
Presidente do Certame

SECRETARIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

ERRATA

**EDITAL DA TOMADA DE PREÇO Nº 071/2019
REGISTRO 19-01097-9**

A Comissão Permanente de Licitação informa que os subitens 10.1.1 e 10.2.1, alínea "e", do Edital da licitação supramencionada sofreram alterações. Onde se lê: "10.1.1 - O licitante cadastrado deverá comprovar sua inscrição mediante a apresentação do Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação-CECH, emitido pela GOCAF - Gerência Operacional de Cadastro de Fornecedores, da Secretaria da Administração do Estado da Paraíba, com prazo de validade em vigor e compatível com o objeto deste certame, como substitutivo dos documentos exigidos nos itens 10.2.1, 10.3.1 e 10.5.1, "a" deste Edital ficando, obrigadas a declarar, sob penalidades cabíveis a superveniência de fato impeditivo de habilitação, de acordo com o item 10.13 deste documento", leia-se: "10.1.1 - O licitante cadastrado deverá comprovar sua inscrição mediante a apresentação do Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação-CECH, emitido pela GOCAF - Gerência Operacional de Cadastro de Fornecedores, da Secretaria da Administração do Estado da Paraíba, com prazo de validade em vigor e compatível com o objeto deste certame, como substitutivo dos documentos exigidos nos itens 10.2.1 (observar alínea "e"), 10.3.1 (exceto CNDT) e 10.5.1, "a" deste Edital ficando, obrigadas a declarar, sob penalidades cabíveis a superveniência de fato impeditivo de habilitação, de acordo com o ANEXO 13 deste documento". Onde se lê: "e) O Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH de que trata o item 10.6.1 deste Edital não dispensa a apresentação dos documentos exigidos na alínea "a" acima elencada, e na alínea "b" do item 10.4.1", leia-se: "e) O Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH de que trata o item 10.1.1 deste Edital não dispensa a apresentação dos documentos exigidos na alínea "a" acima elencada, na alínea "b" do item 10.4.1 e na alínea "e" do item 10.3.1". Ficam mantidas as demais condições estabelecidas no Edital. O Edital retificado encontra-se à disposição dos interessados nesta CPL.

João Pessoa, 04 de outubro de 2019.

Alexandre Dinoá Duarte Guerra
Presidente do Certame

SECRETARIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

**REGISTRO NA CGE Nº 19-00563-7
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Considerando o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e tendo em vista o conteúdo da proposta, referente à TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2019, homologo o processo licitatório cujo seu objeto adjudicado em favor da empresa, SFX CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI para a CONCLUSÃO DA REFORMA DA ESCOLA E CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO NA ESCOLA E.E.R.M. MAESTRO JOSÉ SIQUEIRA NO MUNICÍPIO DE CONHECIMENTOS/PB, no valor global de R\$ 1.010.036,90 (UM MILHÃO, DEZ MIL, TRINTA E SEIS CENTAVOS). Processo nº 0782/2019.

João Pessoa, 04 de outubro de 2019.

Engª SIMONE CRISTINA COELHO GUIMARÃES
Diretora Superintendente
CREA nº 160.135.074-0

SECRETARIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

**REGISTRO NA CGE Nº 19-00678-5
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Considerando o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e tendo em vista o conteúdo da proposta, referente à TOMADA DE PREÇOS Nº 33/2019, homologo o processo licitatório cujo seu objeto adjudicado em favor da empresa, A3T CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO EPP para a obra de CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO COBERTO COM VESTIÁRIO NOS TERRENOS REMANESCENTES NAS ESCOLAS ECI JOSÉ DO PATROCÍNIO, ECI JOSÉ DE MELO, EEF TENENTE LUCENA EM JOÃO PESSOA/PB, no valor global de R\$ 1.003.351,50 (DOIS MILHÕES, DUZENTOS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). Processo nº 1305/2019.

João Pessoa, 02 de outubro de 2019.

Engª SIMONE CRISTINA COELHO GUIMARÃES
Diretora Superintendente
CREA nº 160.135.074-0

SECRETARIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

**REGISTRO NA CGE Nº 19-00793-9
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Considerando o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e tendo em vista o conteúdo da proposta, referente à TOMADA DE PREÇOS Nº 46/2019, homologo o processo licitatório cujo seu objeto adjudicado em favor da empresa, FORTCON CONSTRUÇÕES LTDA ME para a obra de CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO COBERTO COM VESTIÁRIO NOS TERRENOS REMANESCENTES NAS ESCOLAS ENE OSWALDO T. DE ALBUQUERQUE MELO EM JOÃO PESSOA/PB, no valor global de R\$ 1.009.133,13 (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E SETENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E SEIS REAIS E NOVE CENTAVOS). Processo nº 1510/2019.

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

**REGISTRO NA CGE Nº 19-00563-7
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Considerando o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e tendo em vista o conteúdo da proposta, referente à TOMADA DE PREÇOS Nº 48/2019, homologo o processo licitatório cujo seu objeto adjudicado em favor da empresa, ALX CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA para a obra de CONSTRUÇÃO DE PADARIA NOSSO PÃO - FUNDAC EM JOÃO PESSOA/PB, no valor global de R\$ 160.439,92 (CENTO E SESENTA MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS). Processo nº 775/2019.

Engª SIMONE CRISTINA COELHO GUIMARÃES
Diretora Superintendente
CREA nº 160.135.074-0

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

**REGISTRO NA CGE Nº 19-00563-7
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Considerando o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e tendo em vista o conteúdo da proposta, referente à TOMADA DE PREÇOS Nº 30/2019, homologo o processo licitatório cujo seu objeto adjudicado em favor da empresa, CONSTRUTO CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA COM VESTIÁRIO NO MUNICÍPIO DE POCINHOS/PB, no valor global de R\$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO, DUZENTOS E ONZE REAIS E OITENTA E SETENTA E DOIS MIL, DUZENTOS E ONZE REAIS E OITENTA E SETENTA E DOIS CENTAVOS). Processo nº 1732/2019.

Engª SIMONE CRISTINA COELHO GUIMARÃES
Diretora Superintendente
CREA nº 160.135.074-0

EXTRATOS

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA

Extrato de Aditivo de Contrato
Nº do Cadastro 18-02429-7
Nº do Contrato 0073/2018
Contratante SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA
Contratado SANTA JÚLIA INCORPORADORA E CONSTRUTORA S/A
Valor Original do Contrato 1.292.909,19
Nº do Aditivo 03
Objeto do aditivo TERMO ADITIVO DE PRAZO, COM VIGÊNCIA DE 90 (NOVENTA) DIAS.
Valor do aditivo 0,00
Período da Vigência do Contrato 1/8/2018 A 23/1/2020
Data da Assinatura do aditivo 27/9/2019
Valor acumulado do Contrato com o(s) aditivo(s) anterior(es) R\$ 1.292.909,19
Gestor do Contrato MARIA DE FÁTIMA CUNHA DUARTE GUIMARÃES
SIMONE CRISTINA COELHO GUIMARÃES - DIRETORA SUPERINTENDENTE

Extrato de Aditivo de Contrato
Nº do Cadastro 18-03226-5
Nº do Contrato 0117/2018
Contratante SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA
Contratado CONSTRUTORA AZEVEDO LTDA
Valor Original do Contrato 365.775,36
Nº do Aditivo 04
Objeto do aditivo TERMO ADITIVO DE VALOR, SOFRENDO AUMENTO DE 416,25 REAIS.
Valor do aditivo -416,25
Período da Vigência do Contrato 1/10/2018 A 25/1/2020
Data da Assinatura do aditivo 17/9/2019
Gestor do Contrato MARIA VERÔNICA DE ASSIS CORREIA
SIMONE CRISTINA COELHO GUIMARÃES - DIRETORA SUPERINTENDENTE

Defensoria Pública do Estado da Paraíba

EXTRATOS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

EXTRATO DE CONTRATO



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 09/10/2019 às 13:57:06 foi protocolizado o processo sob o Nº 18595/19 da subcategoria Contrato , exercício 2019, referente a(o) Defensoria Pública do Estado da Paraíba, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Elisangela Cunha Barreto.

Número do Contrato: 000000302019

Data da Publicação: 05/10/2019

Data da Assinatura: 30/09/2019

Data Final do Contrato: 29/09/2020

Valor Contratado: R\$ 168.795,00

Situação do Contrato: Vigente

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE

Informações Complementares: O valor total é valor estimado

Contratado (Nome): THOMAS JOSE BELTRAO DE ARAUJO ALBUQUERQUE - ME

Contratado (CNPJ): 19.918.905/0001-73

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
[PDF] Contrato	Sim	3107930d723b3d6ff799fbb497ca1787
[PDF] Designação do fiscal do contrato	Não	
[PDF] Designação do gestor do contrato	Não	
[PDF] Documentos comprobatórios da regularidade da contratada	Não	
[PDF] Publicidade do(s) contrato (s)	Sim	5a507e49ab5d0b092e9bb558a3ed46f8

João Pessoa, 09 de Outubro de 2019



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB